



Relatos e retratos de vidas e vivências femininas¹

Reports and portraits of female lives and their experiences

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk^{1*} , Adriano Batista Castorino^{2*} , Géssica Souza Lacerda^{3*}

¹Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Faculdade de Educação e Linguagem, Programa de Pós-graduação em Educação, Campus Jane Vanine, Cáceres, MT, Brasil

²Universidade Federal do Tocantins, Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Campus de Palmas, Palmas, TO, Brasil

³Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Faculdade de Educação e Linguagem, Programa de Pós-graduação em Educação, Campus Jane Vanine, Cáceres, MT, Brasil

COMO CITAR: SELUCHINESK, R. D. R.; CASTORINO, A.B.; LACERDA, G. S. **Relatos e retratos de vidas e vivências femininas.** Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, esp. 3, e19488, 2024. eISSN: 19825587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.1948801>

Resumo

Este estudo é focado na interação feminina com ambiente, no Estado de Mato Grosso. O ambiente aqui se constitui em espaços de vivências com a natureza e consequente uso de recursos naturais. O objetivo é conhecer como se dá a relação mulher e natureza, nos propomos a ouvir as mulheres. Como método de estudo foi utilizado a pesquisa qualitativa e etnográfica, com interface na pesquisa participativa, pautada na história de vida. O que se observa nas falas das mulheres que estas se consideram, assim como a natureza, geradoras de vidas. Mesmo sendo dotadas da condição criadora, isso não afasta o fato de que são violadas constantemente, perpetuando o modelo de relação predatória que é o prisma do poder masculino. Por isso, é urgente distinguir, dentro da ação humana, os processos de pertencimento e reciprocidade, próprios do universo feminino, do modelo predatório machista.

Palavras-chave: natureza; educação; feminismo; Mato Grosso.

Abstract

This study is focused on female interaction with the environment in the State of Mato Grosso. The environment here consists of spaces for experiences with nature and the consequent use of natural resources. The objective is to learn about the relationship between women and nature, and we propose to listen to women. Qualitative and ethnographic research was used as a study method, with an interface in participatory research, based on life history. What can be observed in the women's statements is that they consider themselves, like nature, generators of lives. Even though they are endowed with this capacity for creation, this does not eliminate the fact that they are constantly violated, perpetuating the model of predatory relationships which is the prism of male power. Therefore, it is urgent to distinguish, within human action, the processes of belonging and reciprocity, typical of the female universe, from the predatory sexist model.

Keywords: nature; education; feminism; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Entender e analisar as consequências do modelo de desenvolvimento sobre o meio ambiente é sem dúvida um dos pontos mais importantes e que estão presentes nas agendas, tanto de quem faz pesquisa, quanto de todos os governos ao redor do mundo. Este protagonismo dos temas ambientais decorre também da pressão social, do engajamento de entidades dedicadas às causas ambientais. Isso tudo gera uma maior necessidade de pesquisas e políticas que tratem de temas como o esgotamento dos recursos naturais por excesso de uso, contaminações e manejo inadequado do meio ambiente. Mas é importante dizer que as preocupações com o ecossistema e com a ecologia, não podem, por óbvio, excluir a presença humana nos mais diversos cantos do planeta terra. Isso significa dizer que parte dos efeitos

*Autor correspondente:

rosane.rosa@unemat.br;
adrianocastorino@mail.uft.edu.br;
gessicalacerda26@gmail.com

Recebido em: Julho 15, 2024

Revisado: Agosto 16, 2024

Aprovado: Setembro 20, 2024

Fonte de financiamento: Fapemat – Edital universal 042/2016, CNPQ – Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética: os projetos foram submetidos a consultores ad hoc e tiveram aprovação com termos de responsabilidades assinados pelas instituições financiadoras e instituição de vínculo da coordenadora, que neste caso é a Universidade do estado de Mato Grosso. FAPEMAT: Processo 0261532/2017. CNPQ: Processo 406528/2021-7. UNEMAT: Portaria 1141/2021

Disponibilidade de dados e material: Nada a declarar.

Trabalho realizado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Jane Vanine, na cidade de Cáceres, MT, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

¹ Esta pesquisa está vinculada aos seguintes órgãos: FAPEMAT: Processo 0261532/2017, CNPQ: Processo 406528/2021-7, UNEMAT: Portaria 1141/2021

já visíveis dos problemas ambientais está justamente na vida humana, como um todo, mas de modo mais severo nas populações mais pobres.

Isso implica que parte das pesquisas científicas sobre os temas ambientais trazem um olhar justamente sobre a presença de povos que vivem fora dos eixos dos centros econômicos. É sobre estas pessoas que recaem grande parte da responsabilidade pelos impactos ambientais, decorrente da concepção de que meio ambiente se entende por natureza preservada a custo da exclusão do homem que vive mais próximo da natureza. Esta perspectiva tem sido reforçada pelos estudos ecológicos que normalmente apresentam dados de impactos medidos por fórmulas que induzem a leitura de que a presença humana é sempre negativa para o ambiente.

Deste modo, é imprescindível que haja também leituras que envolvam outras dimensões da vida, incluindo as questões econômicas, sociais, culturais e educativas, embasando a construção de outros conceitos. E que estes conceitos possam dissuadir a ideia de que existe um divórcio do homem com a natureza, reforçada pela tese de que existem duas humanidades: uma que detém o poder, considerada correta e superior, e outra que vive subjugada e por isso é determinada como marginal e vulnerável. Krenak (2020) defende que a humanidade que se concebe superior e extraordinária, em sua caminhada alienante da Terra, produz a “sub-humanidade” composta por caiçaras, índios, quilombolas e aborígenes, esquecidos pelas bordas do planeta. A estes marginalizados apontados por Krenak, se somam os sem teto, sem-terra e tantos outros que lutam e sonham com uma terra de pertencimento.

Este é o cenário em que se constitui um modelo de desenvolvimento, concebido a partir da perspectiva do domínio masculino, que é, por isso mesmo, predatório e que gera problemas socioambientais com consequências, tanto para a natureza quanto para as pessoas, em especial as pessoas que moram em periferias ou em localidades em que dependem prioritariamente dos recursos da natureza. É por isso que Vieira (1995) diz que são ainda incipientes as pesquisas que evidenciem os impactos ambientais associados aos danos causados às populações que estão submetidas ou expostas em situações de risco e de contínuo empobrecimento.

Como a perspectiva machista, predatória e colonialista tem influência em vários setores da sociedade, até mesmo quando há alguma iniciativa para as políticas que tratam dos impactos ambientais, estas não têm focado o ambiente como um sistema de relações entre o social e o natural. Esta ausência implica que as decisões feitas por governos e organismo de proteção e conservação da natureza, não raro, ignoram a presença de populações vulneráveis nas políticas ambientais.

Em assim sendo, é necessário e urgente que o escopo de pesquisa, a proposição de políticas públicas para o meio ambiente e os projetos de desenvolvimento econômico não sejam levados a termo sem a distinção mínima das diferenças entre ocupação humana e modelo de exploração cujas bases ainda sejam aquelas do colonialismo, do machismo e da predação. A noção de ocupação humana, como prática de reciprocidade com as demais formas de vida presentes na natureza, muito comum às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, se dá a parir de um sentido de pertencimento e reciprocidade, interação e interdependência. Já no modelo de dominação masculino, cujo arcabouço moral é a lógica judaico-cristã de domínio da natureza, esta é concebida como fonte de recursos, e como tal deve ser continuamente explorada.

Quando a ação do poder público em geral ou das entidades e organizações de proteção e conservação da natureza não faz esta reorientação de parâmetros, além de ampliar ainda mais as consequências da degradação ambiental sobre as populações mais vulneráveis, intensifica estes efeitos sobre o corpo e ontologia das mulheres. Dentro do contexto do machismo, o corpo feminino é concebido como sendo comum ao que é determinado sobre a natureza: uma fonte de recursos a ser explorada continuamente.

Esta validação da lógica colonialista diz que “o antropocentrismo é uma ideia/prática que coloca, no centro de tudo, o homem, devendo em primeira ordem o uso da Natureza se justificar somente para satisfazer seus interesses”. E este “homem” é entendido também como

gênero masculino e sinônimo de humanidade e que, nesta visão antropocêntrica dominante, consequentemente androcêntrica, perpetua a histórica opressão sobre Natureza e mulheres. (Ferri et al., 2017, p. 61)

Partindo dessa premissa, e com base no estudo etnográfico realizado no contexto dos projetos de pesquisa: Fapemat - Gênero e Ambiente: usos e manejos dos recursos naturais na perspectiva das mulheres de Mato Grosso, e CNPq - Educação, Corporeidade e Território: entrelaçando saberes e conhecimentos com Mulheres Indígenas no Estado de Mato Grosso, apresentamos uma argumentação em que se põe em debate os impactos dessa invisibilidade a que parte das mulheres ainda estão submetidas.

O MÉTODO: OLHAR, OUVIR, SENTIR, VIVER E REDIGIR

O arranjo metodológico levado a termo nesta pesquisa parte do escopo das ciências sociais, em especial a antropologia. Assim, o uso do trabalho etnográfico como ferramenta de registro porque, como explica Oliveira (1996), é preciso saber olhar e saber ouvir. Aliás, a premissa é a de que a escuta se faz quando se garante a voz de quem fala e que, por isso mesmo, se estabelece o diálogo. Um diálogo que foi realizado presencialmente na residência de cada uma das mulheres a que se pode conversar e também nos seus locais de trabalho.

Como o trabalho etnográfico prescinde também a escrita como registro das experiências vividas, é preciso também levar em conta que a descrição tem um compromisso ético. Geertz (1989) explica que na interpretação dos símbolos e da cultura, os significados precisam ocorrer em consonância com a perspectiva de quem se ouve. Neste sentido, as bases de uma pesquisa, como esta que aqui se relata, não poderia ser feita, ainda mais dando o protagonismo da fala às mulheres entrevistadas, sem o escopo das ciências sociais.

As escolhas das temáticas, todas entrelaçadas com o binômio *mulher e meio ambiente*, partiu dessa perspectiva metodológica. Deste modo, as categorias para organizar as conversas, como se fosse um esquema de roteiro, foram elencadas sem que houvesse uma hierarquia entre si. Por isso, em cada uma das conversas, com as mulheres entrevistadas, os temas iam se apresentando no diálogo de modo espontâneo. A leveza que a metodologia do trabalho etnográfico traz para uma interação entre quem faz a pesquisa e quem colabora com o trabalho de pesquisa é fundamental para que todo o diálogo seja profícuo e sem pressão.

Há também, como fundamento metodológico, a noção de humanização discutida no livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (2005). O autor explica que a superação da lógica de opressão começa no estabelecimento de uma relação humana dialógica. Assim, em todo o processo de visita, de conversa e de interação com as mulheres foi levado em conta que o princípio norteador do trabalho de pesquisa é superar a opressão. Para isso, garantir a voz, como premissa do diálogo, é um caminho para que este trabalho aqui também seja, na forma, uma possibilidade de falar sobre mulheres a partir das vozes das mulheres.

E para que fosse possível estabelecer as conversas de maneira horizontal, sem hierarquias e nem rótulos, partia-se da noção de invisibilidade das histórias de vida das mulheres, ainda mais grave quando se recorta para a perspectiva étnica. A situação de vulnerabilidade social, econômica e educacional atinge muito mais as mulheres, em especial as que estão dentro da interseccionalidade dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e assentadas. Para dar um exemplo, basta perceber como o impacto de uma obra, típica do modelo de desenvolvimento predatório, como é a construção de usina hidrelétrica pode ser mais pesado na vida das mulheres.

Como relata Seluchinesk (2019) as mulheres indígenas concebem o corpo como primeiro território e nesta premissa se assenta a ideia de que ao implantar uma usina hidrelétrica e causar impactos no ambiente, pode também impactar o corpo das mulheres. Assim, para além das enormes e profundas mudanças no ecossistema, o barramento de um rio para produzir geração de energia elétrica afeta também o corpo, a alma e a perspectiva das mulheres.

É possível notar como o modelo de controle da natureza, de predação da vida é o mote da lógica do desenvolvimento típico da sociedade capitalista. As condições sociais que empurram as mulheres, como se percebe nas histórias delas, é quase similar às

condições que levam os homens ao labor nessas grandes obras. (Seluchinesk; Simplício; Castorino, 2015, p. 11).

Em termos de políticas globais, fóruns de alcance internacional ou organismos multilaterais ainda é pequena a visibilidade das políticas de gênero, e ainda mais as que explicitam as relações entre gênero e meio ambiente. Uma das poucas menções é a Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento. Nesta agenda, que a rigor é um documento meramente recomendatório, sem nenhum poder de regulação ou de determinação legal, está expresso no artigo 24, conforme CNUMAD (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992) que a comunidade internacional endossou vários planos de ação e convenções para a integração da mulher em todas as atividades relativas ao desenvolvimento, em particular, as que enfatizam a participação no manejo nacional e internacional dos ecossistemas e no controle da degradação ambiental.

Segundo Conceição (2009), a mulher é guiada por uma lógica machista que a impede de ter autonomia, essa condição social se distingue e também se caracteriza pelos bens materiais, esse modelo de construção social da existência feminina torna as mulheres ainda mais dependentes da presença de um homem, seja o pai ou seja o marido.

Santos (2011) afirma que a sociedade vê a mulher como um ser mais fragilizado e incapacitado para assumir a direção de instituições, até mesmo na família. Assim, o homem passa a ser visto como o forte, detentor de toda a autoridade e poder de mando decorrente de sua força física, assumindo o controle social dentro da sociedade.

A partir das lógicas do exercício do poder como pressuposto masculino, a questão ambiental também é percebida como domínio do poder tipicamente machista. Isso também se evidencia na percepção e gestão do ambiente, que para as mulheres também se reflete na sua condição de cuidadora e do homem na de explorador. As diferenças que daí decorrem vão compor o fenômeno da feminização da pobreza, reforçando o grupo das mulheres como sendo um dos mais afetados pela crise socioeconômica ou os efeitos da crise ambiental.

Não se trata de dizer aqui que as mulheres são as vítimas exclusivas da degradação ambiental, mas sim de destacar que elas têm um papel fundamental na gestão dos recursos naturais que tem como pressuposto elucidar o modelo de desenvolvimento que tem perpetuado a produção de impactos negativos sobre a qualidade de vida da população. As diferenças apresentadas por homens e mulheres também interferem nas suas relações e interações com o ambiente que, de acordo com Buber (2004) está pautado em duas palavras-princípio: Eu-tu, Eu-isso. Nestas palavras se fundam duas possibilidades de realizar a existência. A palavra Eu-Tu é o esteio para a vida dialógica, e Eu-Isso instaura o mundo do Isso, o lugar e o suporte da experiência, do conhecimento, da utilização.

A forma como isso ocorre, bem como suas causas e consequências, ainda é algo que precisa ser melhor analisado. Isso porque nem mesmo as mulheres que vivenciam este processo têm clareza da sua condição de corpo explorado, ou de papel secundário diante do processo de desenvolvimento. Essa ausência de noção da exploração feminina, assim como ocorre com a exploração da natureza, somente vai ser superada quando mais e mais mulheres puderem ter autonomia para poder falar. O direito à voz feminina é também uma forma de proteger o meio ambiente.

Conforme explica Beauvoir (1970), as mulheres não têm conseguido se colocar como Sujeito, por isso, não tem mitos que se reflitam seus projetos; elas não possuem nem religião nem poesia que lhes pertençam exclusivamente; é ainda através dos sonhos dos homens que elas sonham. São os deuses fabricados pelos homens que elas adoram.

Outras categorias também importantes para a composição das conversas vieram de Federici (2019), em que a autora fala que o trabalho doméstico, por exemplo, é uma forma de manter a exploração do corpo feminino. O trabalho doméstico seria, como explica Federici, uma forma de valorização do ideal de família, religião e ordem social.

As mulheres, no contexto dessa lógica de desenvolvimento, via predação dos recursos naturais, como ocorre no Estado de Mato Grosso, tem suas existências marcadas pela exploração.

E, quando são trabalhadoras, isto é, quando tem uma ocupação a partir da qual possam auferir alguma renda, trabalham em pequenas propriedades rurais ou na agricultura familiar, outras são extrativistas, algumas são comerciantes informais, trabalhadoras no comércio, empregadas domésticas, além das que são prostitutas.

É sobre as mulheres de Mato Grosso e sua relação com a natureza de que trata este estudo. Esse cenário é palco para a história de mulheres indígenas, negras e brancas pobres que vivem em comum à natureza um processo de degradação contínua com violências veladas ou escamoteadas pelo silenciamento. Como apontado por Dias (1992) e Sato (1997) a destruição da natureza é similar, em especial em termos de procedimentos e apoio na lógica machista, ao processo de exploração da mulher.

Ruether (1992) e Ariza (2009) falam de algumas conexões simbólicas entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza na cultura ocidental. Por isso, é possível encontrar os padrões de dominação e violência destrutiva que trata tanto mulher como natureza como matéria a ser explorada. Neste tipo de conexões simbólicas, mesmo que perceptível apenas no nível dos valores morais, as implicações da degradação sobre a natureza e sobre o corpo das mulheres traz a mesma marca: exploração contínua.

Aprofundar nos estudos sobre as consequências destes processos, bem como das investigações sobre as formas de apropriação dos recursos naturais e suas transformações como meios de subsistência pelas mulheres é uma possibilidade de conhecer as entrelinhas de uma política econômica implantada neste Estado que integra a região Amazônica. É ainda a premissa que favorece o entendimento de como uma investigação sobre a relação gênero e ambiente pode favorecer na compreensão de que as políticas macro e microeconômicas vigentes têm impacto direto sobre as variáveis socioambientais. Além disso, os conhecimentos aqui gerados podem ser um passo para dar visibilidade para os valores e os resultados do custo ambiental de se implantar uma política desenvolvimentista que conforme Becker (2001), está fundamentada no pressuposto de que a natureza se constitui num recurso a ser explorado.

A partir das vivências que ocorrem neste modelo de desenvolvimento, entende-se que é preciso rever o entendimento de homens e mulheres enquanto ser social que faz parte e interage com sua história através do modo pelo qual produz a sua existência levando em consideração o contexto onde estão inseridos. As mulheres neste contexto de ocupação serão forjadas pela sua cultura de origem, mas também pelas outras culturas que vão compartilhar nesta região. De acordo com Beauvoir (1970), a condição feminina não é determinada apenas pelo biológico, mas é preciso levar em consideração o contexto ontológico, econômico, social e psicológico para que sejam esclarecidos os dados da biologia.

Isso se evidencia no fato de que a sujeição da mulher à espécie e os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; da mesma forma que o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Com este entendimento o estudo em tela possibilitou o conhecimento dessas mulheres e de como elas produzem a sua existência e num sentido mais amplo como apontado por Freire (2005) como sendo uma leitura das realidades que as cercam e assim o entendimento de como as atividades desenvolvidas por elas impactaram e ainda impactam produzindo variados efeitos no desenvolvimento da região.

SOBRE AS VIVÊNCIAS COM E DAS MULHERES DE MATO GROSSO

Com esta emblemática proposta, devido, também, ao fato de que há dentro da equipe que fez esta pesquisa, pesquisadoras que realizaram este estudo, e que aqui organizam e apresentam as falas das mulheres, são mulheres que vivem e estudam neste ambiente predominantemente masculinizado. Por isso, o primeiro desafio é falar cientificamente de um estudo que é também um estudo sobre si próprias. Isso reverbera em questionar um primeiro ponto, a concepção da ciência positivista considerada neutra, e que neste caso não pode ser, dado que existe um pertencimento, tanto de quem fala, quanto de quem escreve.

Assim, esta pesquisa se coloca como outra opção de leitura na qual será levada em consideração as ideias, sensações, sentimentos, pensamentos, memórias e outras manifestações das mulheres que se apresentam como protagonistas das suas histórias, dos tempos e dos espaços em que vivem.

Outro aspecto a ser considerado no desenho desta pesquisa, é o fato de que a área de estudo compreende um estado com três biomas e com ocupações totalmente distintas. No estado de Mato Grosso há os biomas Cerrado, Floresta Amazônica e Pantanal, conforme os aspectos geográficos e biológicos. Entretanto, quando se trata de questões culturais há de se considerar outros tempos e espaços de ocupação, como a ocupação colonial preconizada pela busca pelo ouro. De acordo com Seluchinsk (2008) desde tempos imemoriais as terras denominadas de Mato Grosso, consideradas partes da Amazônia brasileira, eram territórios de diversas etnias, dentre as quais ainda hoje se tem o registro de 43 povos indígenas.

No período de fundação da capital do estado, Vila Bela da Santíssima Trindade e depois Cuiabá, este cenário se modificou e por fim passou a existir as primeiras vilas na região conhecida como “baixada cuiabana”, cuja ocupação foi conduzida pelos bandeirantes paulistas, representantes do modelo colonial e também pela presença negra, à época, massacrada pela exploração garimpeira e pelo trabalho e escravizado. Na história oficial do estado de Mato Grosso, portanto, está escrito a versão dos que exploraram a natureza e as pessoas negras, massacraram os povos indígenas.

Não é, contudo, que todos os processos políticos ocorridos em Mato Grosso tenham, de modo explícito, a ideia de dominação da natureza e formas autoritárias de governo. Foi assim que na década de 1970, em plena ditadura militar, foi estabelecido pelo governo federal uma política de povoamento da Amazônia e com isso houve a ocupação da região denominada como Amazônia Norte Matogrossense, por grandes empresários paulistas.

As mulheres que participaram deste estudo estão distribuídas por todas as regiões do estado, residindo em 19 municípios, conforme apresentado na [Figura 1](#).

Com base no mapa podemos observar que foram percorridas muitas distâncias até o encontro com as mulheres, pelos caminhos observamos uma paisagem natural sendo engolida pelos extensos desertos de soja. Uma atividade totalmente masculinizada, a ponto de que as raras mulheres envolvidas passam a agir como homens nas vestimentas, nas palavras, nos olhares endurecidos pelo sentido do trabalho. A agricultura de *plantation* como é praticada em Mato Grosso é um exemplo da força que o modelo colonialista, por isso mesmo machista, ainda está em pleno vigor, executando povoamento massivo em áreas sensíveis, destruindo a floresta para plantações de monocultura e esgotando os rios para fazer represas de hidrelétricas.

É importante informar que dentre os critérios de escolha das mulheres, conforme o projeto, estava o indicativo de que deviam ser pessoas reconhecidas pela comunidade como parte representativa de aspectos culturais, ambientais, políticos, educativos e também econômicos da região. As mulheres que foram ouvidas deviam possuir como critério básico, uma relação dialógica com a natureza e estarem dispostas ao diálogo.

A partir da metodologia do projeto, as conversas tinham sempre um aspecto leve, desde temas amplos, como *quem somos*. Assim, à medida em que a conversa engrenava, o diálogo percorria outras trilhas, como o tema “mulheres e natureza”. Estas conversas se desenrolavam com facilidade porque para a maior parte das mulheres, em especial dentro do perfil das entrevistadas, o Mato Grosso é um estado que se reconhece política e estrategicamente como produtor de riquezas, que neste dado momento se configura pelo grão de soja e a cabeça de boi, mas que outrora já foi o garimpo e a exploração da madeira, pele de animais e outros.

Contrapondo com este cenário definido como lugar de desenvolvimento a custo de qualquer forma de exploração, as mulheres letradas ou não, ao ouvirem o termo ambiente, que logo passava a ser nominado como natureza, procuravam em seus pensamentos palavras que pudessem traduzir sentimentos em conceitos.

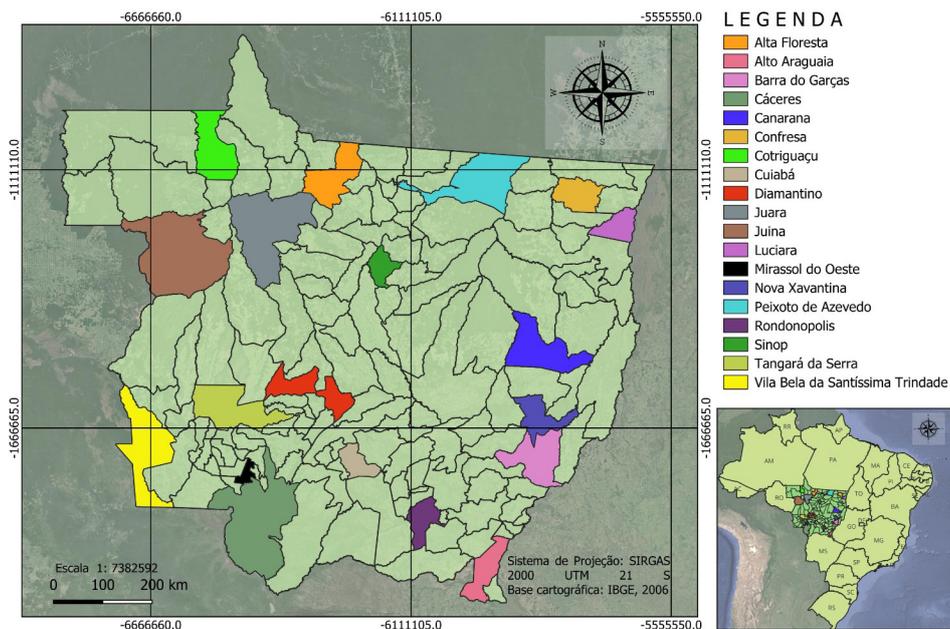


Figura 1. Mapa do estado de Mato Grosso com a localização de residência das mulheres entrevistadas. Fonte: Mapa elaborado pelo laboratório GeoPaisagem. Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus universitário de Alta Floresta-MT.

A natureza é sagrada porque ela é vida, gera vida para vida. E se é vida, precisa ser cuidada, protegida e fazer o que a gente pode para que continue linda, maravilhosa que é o que muitos seres humanos não estão fazendo. (Professora, Mirassol do Oeste, 2023).

A natureza é forte, ela relaxa, tranquiliza, ameniza, a natureza é Deus materializado por isso inspira. É como uma mãe que cria e inspira a criação. (Comerciante, Barra do Garças, 2020).

Tudo o que faço vem da natureza. A natureza é assim como uma grande aldeia, uma terra onde todos precisam aprender. Eu ensino meus filhos a cuidar da natureza porque é ela que dá tudo que a gente precisa para viver. Mas se não cuidar dela acaba. (Professora Indígena, Juara, 2021).

A dimensão da natureza como lugar de criação e ou fonte de inspiração denota uma proximidade das mulheres com conceitos que defendem a natureza como um lugar de fazer, de acontecer a vida. Do mesmo modo como as mulheres recebem para si a função de gerar a vida, para a natureza também é dada a missão de reproduzir e garantir a continuidade da vida. Entretanto, esse poder gerador atribuído para ambas é também o mote para imprimir em seus corpos e territórios a possibilidade de exploração. O conceito de maternidade imputado às mulheres e à natureza, notadamente no contexto de Mato Grosso, dá a elas a aura de um ser divino, alcançado pela doação e sacrifício. Esta concepção pautada nas religiões de judaico-cristãs coloca a mulher e a natureza como seres que estão à disposição dos homens, pois foram doadas pelo criador para servi-lo.

A razão na tradição ocidental foi construída como o domínio privilegiado do mestre que concebeu a natureza como uma esposa ou um outro subordinado, contendo e representando a esfera da materialidade, da subsistência e do feminino, que o mestre separou e construiu abaixo dele. (Plumwood, 1993, p. 3).

Ainda que a mulher fale sobre a similaridade do poder de gerar e cuidar da vida, culturalmente cabe ao homem o pensamento racional que o habilita a viver da produção da mulher e ainda ter o controle sobre ela. Neste modelo de desenvolvimento, a relação entre homens/mulheres e homens/natureza, intensificou ainda mais o sentido de exploração chegando à dimensão dos atos de violência e destruição. Podemos constatar que esta dimensão se materializa, no

caso das mulheres, também em dados estatísticos sobre violência doméstica e feminicídio. Conforme indicado no texto do relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre o ano de 2023, elaborado por Bueno et al. (2024) o estado de Mato Grosso registrou a maior taxa de feminicídios do país, com 2,5 mortes para cada grupo de 100 mil mulheres.

Já em relação à natureza os crimes ambientais têm se distribuído em várias frentes, como desmatamento, poluição do ar, uso de agrotóxicos, garimpo ilegal, contaminação e assoreamento dos rios e invasão de terras protegidas.

No quesito degradação, também monitorado pelo Deter/Inpe, o Mato Grosso concentrou 66% dos 1.645,2 km² degradados na Amazônia Legal no período, com um total de 1.086,9 km². [...] Em 2022, o Mato Grosso foi responsável por 54% da área degradada na Amazônia no primeiro semestre. (Oliveira, 2023, p. 1).

Analisando as violências praticadas nos dois casos entendemos que, mesmo existindo leis que amparam as vítimas e também responsabilizam os culpados, ainda existe um avanço nas práticas que são justificadas pelo advento de uma cultura pautada em direitos estabelecidos pelos homens e para os homens. As mulheres neste contexto, sempre que tem oportunidade de fala, vão relatar as violências a que estão ou estiveram submetidas ou então sobre a mesma situação em relação às mães, avós e em alguns casos suas filhas e netas. Isso demonstra um ciclo contínuo que se inicia nas relações privadas no interior das famílias, até chegar no coletivo da sociedade.

Além da violência física, também estão presentes outras formas de violências que condicionam as mulheres a viverem sob a decisão dos homens, ainda que por vezes possam sair do ambiente familiar para exercerem alguma forma de trabalho rentável para contribuir na renda da família.

No Brasil essa cultura de que mulher era só dentro de casa, e os homens, todas as decisões eram os homens que tomavam, né? Mulher não tinha muita vez, nem voz não, né!? E a gente foi também desafiando pra isso, das mulheres que foram se destacando, né? E foi interessando, sentindo essa necessidade, né? (Empresária, Peixoto de Azevedo, 2019).

Quando eu era criança já tinha que trabalhar para comprar material escolar, até para comprar um chinelo. Os homens, meu pai e meus irmão caçava, pescava. As mulheres ficavam na aldeia fazendo colar para vender, mas nunca saía da aldeia. Hoje temos uma organização das mulheres indígenas do estado de Mato Grosso. A gente faz reuniões. Conversamos sobre direitos das mulheres, de empoderamento das mulheres indígenas. E vendemos nosso artesanato para comprar aquilo que queremos. (Professora Indígena, Juara, 2020).

Meus pais eram muito rígidos. Eles ficaram sabendo que meu marido tinha outra mulher e fizeram eu me separar dele. Eu até pensei em continuar casada e deixar passar. Meu pai foi conversar com ele e descobriu que o interesse dele era só nos bens. Então meu pai mandou ele ficar com tudo. Ele disse: o prato que ela come e a cama que ela dorme está lá em casa. Então fui morar com meus pais. Foram tempos difíceis, sete anos na casa dos pais. Era um tempo em que separação não existia e eu era uma mulher separada. Voltei a estudar e passei num concurso da Empaer. O concurso era bom, mas tinha muita perseguição política e me mandaram para Rosário, depois para Cuiabá, então eu pedi demissão e fui vender salgados. (Artesã e empresária, Cáceres, 2021).

A saída da mulher do espaço restrito do lar, entendida como patrimônio primeiro dos pais e depois do marido, está relacionada à sua capacidade de se inserir no mercado de trabalho. Este processo vivenciado pelas mulheres de Mato Grosso, notadamente pelas mais vulneráveis, está intimamente ligado ao enfrentamento da sua condição de mulher e, portanto, segundo sexo na hierarquia social. Falar das diferenças de acesso ao mundo do trabalho pelas mulheres, é reportar-se a sua origem e pertencimento cultural que vai determinar as suas escolhas tanto para a formação quanto para a atuação profissional.

As mulheres deste estudo são professoras, artesãs, microempreendedoras, empregadas domésticas, assentadas, assistente social, enfermeiras e prostitutas. Parte delas já aposentadas, relatam que não foi fácil a saída da casa dos pais para estudar, seja pela dependência financeira ou afetiva, e que por esta razão muitas abandonaram os estudos e acabaram no subemprego ou então optando pelo seu próprio empreendimento.

Em um caso específico trazido para este estudo está o relato de uma mulher que veio para o norte de Mato Grosso para ser cozinheira de uma grande empresa e acabou se tornando prostituta. Sua fama foi tão grande que ela se transformou em um mito local. Foi pelas mãos e pelo corpo dela, que homens, de todos os matizes, iniciaram suas primeiras experiências sexuais nos idos dos anos 1980, no norte do Mato Grosso.

A relação com as mulheres nestas terras foi apreendida sob a orientação da figura paterna e ou das prostitutas que ensinam os rapazes, como tratar uma mulher, que neste caso, será a esposa. Além da iniciação, muitos outros também se colocavam na mesma fila, pois naqueles tempos, da corrida do ouro e das políticas agressivas de ocupação e desmatamento da floresta, em especial no norte de Mato Grosso, havia uma severa escassez da presença feminina, as prostitutas eram disputadas a preço de ouro.

Durante o dia os homens cortavam e queimavam a floresta, rasgavam a terra e semeavam sementes de outras regiões, num ato contínuo de imposição de lógicas. À noite caçavam mulheres, mesmo que tivesse de ser em uma fila, para então repetir o mesmo ritual nos seus corpos. Os corpos das mulheres, que trabalhavam como prostitutas, estavam como se fossem mortificados e dilacerados pela violência inerente a esta função.

Esta conduta masculinizada tem é o retrato da destruição do meio ambiente, posto que foram os homens que reduziram a natureza a um conjunto de recursos, para que eles pudessem explorar e transformar em mercadorias. Segundo Capra (1999), ao buscar dominar a natureza e glorificando o poder da razão, o projeto dos homens está destruindo o planeta, com teses de que é preciso domar a natureza e violentar a terra para que ela se torne produtiva. Do mesmo modo que se projetou a forma de interação com a natureza, também foi previsto para as mulheres, posto que ambas se constituem em objetos de uso e domínio.

A posição dos homens tornou-se, dessa forma, simultaneamente interior e exterior, com a exterioridade e capacidade objetificadora do olhar colonial, simultaneamente administrador e pornográfico. De forma sintética, antecipo que a sexualidade se transforma, introduzindo-se como uma moralidade antes desconhecida, que reduz a objeto o corpo das mulheres e ao mesmo tempo inocula a noção de pecado nefasto, crime hediondo e todos os seus correlatos. (Segato, 2012).

O domínio e o controle da natureza e por conseguinte das mulheres, deu aos homens a ideias de que as mulheres tinham medo da natureza e assim deveriam mantê-las afastadas. Era muito comum as histórias das mulheres e filhos que haviam sido devoradas pelos animais selvagens ou mesmo que haviam se perdido nas florestas e nunca haviam sido encontrados. Além disso haviam o medo dos animais peçonhentos e da cobra gigante que engolia uma pessoa inteira.

Quando eu cheguei aqui fomos morar na área que meu pai comprou. Era uma área pequena e não tinha nada. Só um barraco de lona preta e as coisas tudo amontoadas. Minha mãe cozinhava num fogão de barro que meu pai fez no chão. E não tinha água perto. Tinha que ir no rio buscar. Então a gente ia naquele rio pequeno e buscava água, lavava roupa e ia lá tomar banho. Um dia veio um moço lá e falou para meu pai não deixar mais as mulheres irem sozinhas no rio. Tinha uma onça que havia comido uma mulher ali pelas redondezas. Ficamos com muito medo. E minha mãe não deixou mais a gente ir se refrescar lá no rio. (Funcionária Pública, Cotriguaçu, 2019).

À medida que as mulheres foram se adaptando a região, estes receios foram sendo substituídos pelas necessidades e então muitas se aventuraram a sair das suas moradias ainda que fosse para serem professoras nas escolinhas próximas das suas moradias ou nas pequenas vilas. Isso possibilitou novas leituras de mundo e as mulheres que ainda não

faziam e nem fazem a história deste estado, passaram a fazer suas próprias histórias. Não é a história dos conquistadores que se autodenominavam novos bandeirantes, mas é a história das lutas femininas por espaço e garantia de atendimento aos seus direitos.

Neste novo desenho de vida as mulheres encontraram-se com a natureza de forma ancestral, com pertencimento, com um novo diálogo, um desejo de olhar para além das paredes. Ainda que no primeiro momento a casa fosse o abrigo seguro, o olhar para a floresta foi convidativo e desencadeou uma das relações mais estreita, como no caso das artistas e artesãs, que ali encontraram elementos inspiradores para suas criações. Aqui cabe trazer para o debate a importância das artes como elemento de acesso a sentimentos e sensações que encorajam e acessão outras dimensões da vida humana.

Todas as mulheres reconhecem a beleza da arte, mas pela sua condição cultural de mulher, temem a força que a arte produz quando acessa na intensidade feminina tanto da mulher quanto da natureza. É por uma arte de sons, formas, cores, sabores, que as mulheres dialogam com outras mulheres, ainda que seja dentro de um território com percursos e itinerários de mais de três mil quilômetros. A mulher da Aldeia que produz seu artesanato prepara uma peça que vai ser usada por outra mulher que ela nem mesmo conhece ou conhecerá.

O artesanato é nossa identidade, por isso temos que ensinar para as crianças. É quando se é pequeno, nas brincadeiras que vamos aprendendo com nossas mães o artesanato. Eu aprendi com as mulheres mais velhas e agora eu ensino as meninas, as mais novas a fazer tudo bem feito conforme a tradição do meu povo. Tem que ensinar a buscar as sementes, as penas, a embira, tudo isso tem na natureza. Ela dá tudo isso para nós fazer artesanato. E quando a gente vê uma semente, uma pena já pensa que dá um colar ou uma pulseira. (Artesã, Juína, 2023).

Estou sempre ajustando, criando. A natureza me dá os elementos para compor a minha vida, meus produtos, tudo é manipulação da natureza. Somos parte, somos seres da natureza. Então eu só faço a alquimia da natureza sendo parte dela. (Microempresendedora, Cuiabá, 2022).

Uma tela é um retrato de um sentimento. Não é a castanheira, o rio ou a pessoa, é a minha interpretação, inspiração. E a natureza é o que mais inspira. As vezes olho para uma pedra e vejo uma casa, olho para uma rede e vejo o riso de uma pessoa que poderia ter comido o peixe. É isso. Eu olho e vejo o que eu imagino que tem que ser. As cores, os traços, os pinceis, as tintas e aí pego uma tela branca e coloco nela o que só minha imaginação viu. (Artista plástica, Alta Floresta, 2021).

O pertencimento e a identidade são elementos que consolidam a produção artística das mulheres que dialogam com a natureza para transferir seus sentimentos. Todas as mulheres entrevistadas utilizam a natureza como âncora e asas para sua atividade, seja a mulher que produz aguardente numa serra de pedras ou a mulher que faz distribuição de sementes para que a planta usada nos artesanatos não deixe de existir. Seja a mulher que colhe sementes no meio do cerrado ardente ou a que sonha com pássaros enquanto chora uma noite toda pela morte do filho e no dia seguinte faz um pássaro com um coco verde que não se desenvolveu. Seja qualquer uma delas e todas elas, retratadas pelas suas próprias palavras, como portadoras deste imaginário que retrata o belo sem desconsiderar a dor que ninguém vê.

Pertencer significa fazer parte, incluir-se, unir-se a algo que em última análise representa aquele que a quem se une por adesão e nunca por imposição. Com este entendimento a leitura possível em relação ao pertencimento das mulheres não pode desconsiderar que, mesmo se tratando de mulheres e suas histórias de vida que coabitam um mesmo estado, existem diferentes contextos nos quais estão subdivididas em espaços de assentamentos, cidades, aldeias, quilombos e outros. Assim, ainda que o diálogo com a natureza seja traduzido pelo termo inspiração, as formas de ver e crer são traduzidos em rituais e palavras que acessam dimensões diferentes.

Isso se deve em partes pela visão de mundo e pelas crenças construídas pela cultura na qual estas mulheres foram concebidas, gestadas e educadas para reproduzirem a mesma formação e preparar outras mulheres para continuarem a executarem os mesmos papéis esperados pela sociedade. Um dos elementos fulcrais na constituição do modelo de mulher foi produzido pelas religiões judaico-cristãs. Nesta perspectiva a mulher dócil, bela e recatada aparece como uma figura resignada e santa que não tem direito a manifestar-se e nem mesmo deixar o interior do seu “oratório”, entendido como lar, sem a companhia do esposo. O Esposo por sua vez é o homem que se declara o protetor e o provedor do lar para que a esposa e os filhos tenham segurança, que por outro lado lhe garante o controle de todos.

Essa imagem da família tradicional patriarcal se mistura à imagem de deus como pai (homem) e que para ser humano se torna filho (homem), feito por um espírito que é santo (homem), mas que criam e se realizam no corpo da mulher. Isso não quer dizer entendam que existe uma contribuição do corpo feminino, mas sim de que podem controlar esse corpo e dispor dele para realizar os seus planos. Cabe a mulher apenas a obrigação de dizer sim. É neste modelo que se pauta a família tradicional brasileira, baseada na doutrina religiosa judaico-cristã, que por sua própria lógica, só pode ser machista, não respeita outras culturas e muito menos ainda as manifestações culturais, como a cultura indígena ou a cultura africana.

O marco religioso judaico-cristão somente se organiza pela exclusão de todas as demais formas de culto e todas as formas de organização da vida em comunidade. Essas exclusões vão afetar as decisões que podem reverberar e influenciar a vida das pessoas e seus comportamentos, principalmente no que se refere a questões de sexualidade e união dos casais, influenciando na decisão das pessoas de quando se unir, e de quantos filhos e também pode definir o tipo de união escolhida pelos cônjuges e a própria escolha do cônjuge (Berghammer, 2010).

Um dado desta pesquisa é que mesmo sob todas as formas de imposição da moral religiosa judaico-cristã, porque sempre foi imposto de forma violenta, sobretudo sobre o corpo e a vida das mulheres, existe resistência e que esta aparece nos relatos das mulheres negras e indígenas.

Eu agora estou vivendo aqui, tenho meu trabalho, minha casa, minha família. Eu vivo com a Natureza. Aqui tem muita história, muita cultura, muita natureza também, eu amo esse lugar, ele é lindo, eu nasci e cresci nesta região. Gosto das cachoeiras, do rio, das árvores. Eu gosto das transformações que acontecem na natureza durante o ano, tem um ciclo de mudanças. Tudo na vida muda, eu mudo, o rio muda, as árvores mudam, tudo se transforma. Eu canto, eu danço com as mulheres, eu falo com os meus ancestrais. Vou na festança, rezo, estudo. Mas o que eu sinto mesmo é que tem uma história que é minha, dos meus antepassados e eu tenho muito orgulho de ser quem eu sou. (Quilombola, Vila Bela da Santíssima Trindade, 2023).

Eu trabalho como professora hoje. Sou professora porque quero garantir que os saberes do meu povo estejam presentes nos conteúdos escolares. Eu queria ensinar sobre a pintura na escola, mas eu tinha medo de fazer a pintura de forma errada. Então minha mãe ensinou por onde começar. Ela disse para fazer os riscos primeiro e depois preencher, e eu fui praticar nas crianças. Foi tão bom que eu procurei saber mais sobre pintura, que é nossa história, porque e quando fazemos. Minha mãe ensinou tudo para mim. [...] Na universidade foi difícil porque quando eu comecei a estudar não conseguia falar. Eu era muito tímida. Hoje não, hoje eu falo e pronto. E onde vou falo da minha cultura, dos saberes do meu povo. (Liderança Indígena, Confresa, 2021).

A referência aos saberes ancestrais e uma outra visão de mundo permite aos povos da floresta e do terreiro uma outra perspectiva de relação e interação com a natureza e consequentemente uma outra forma de encarar a existência humana. Nesta vertente as mulheres se entendem como parte dos ciclos e dos conhecimentos e não apenas como coadjuvantes. A resistência é uma forma de enfrentamento às forças que invisibilizam tanto outras manifestações culturais quanto outras formas de conceber a vida. Por isso, a luta contra o poder colonial, contra o machismo, contra a degradação da natureza é também uma luta contra a exclusão e a invisibilidade.

Butler et al. (2016) afirmam que a um dos fatores mais excludentes da sociedade é colocar uma pessoa ou grupo vulnerável em condição de invisibilidade. A condição de vulnerabilidade por si só já é uma exposição deliberada diante do poder, para qual se exige um extremo esforço de contestação política. E para que se configure uma resistência é necessário enfrentar a subjetivação e o aparecimento do corpo em cena.

Os relatos das mulheres que são parte deste estudo são também um retrato dessa condição de vulnerabilidade e resistência numa terra que no próprio nome carrega o sentido de ser um “Mato”, adjetivado por um termo masculinizado que provoca e evoca fortaleza, grandeza e intensidade em virtude de ser “Grosso”. Mas não foi do Mato Grosso que os homens se apropriaram violentamente, e sim da “mata virgem”, como se fosse uma terra de ninguém. Mas há também o sentido subjacente de uma terra a ser violada porque é também uma terra com o corpo das mulheres indígenas, das mulheres negras e depois das mulheres brancas que também foram esturpadas, mortificadas e por fim invisibilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta escrita aqui sobre a histórias das mulheres, desde a concepção do projeto, já demonstrava um ato de rebeldia científica. É muito importante ressaltar como é importante falar sobre as vozes das mulheres, ainda mais num contexto de tanta exploração e silenciamento de mulheres. Além disso, a equipe desta pesquisa também era formada por mulheres, cientistas e trabalhadoras nesta terra devastada pela lógica machista. Por isso, ao encerrar este texto não se pode deixar de imaginar as tantas possibilidades de estudos que surgem a partir desta pesquisa, e se faz necessário lembrar das mulheres com quem a equipe de pesquisa se encontrou para olhar, ouvir, sentir, refletir e escrever. São mulheres sofridas, trabalhadoras, cansadas, mas felizes e sonhadoras que tem a esperança de dias melhores e de viver num estado que a despeito de tudo, agora é sua casa.

Cada viagem programada, cada encontro realizado em espaços escolhidos por elas, cada relato apaixonado pelas suas produções, cada lágrima engolida pelo riso escondido por entre ausência de dentes, cada gesto guiado pelo olhar que tentava encontrar palavras foi registrado na memória da equipe que participou da coleta de dados. E estas informações não couberam no relatório de pesquisa, na transcrição das mais de 40 horas de gravação, tampouco caberá neste artigo ou mesmo em um livro que possa ser produzido.

Não é somente dados, resultados ou análises de que uma pesquisa etnográfica é feita, mas sim de olhar, ouvir e sentir um outro que pode gerar muitas escritas, entretanto sempre haverá algo a ser dito porque etnografar é um ato de resistência. É dar vida as palavras nunca antes ouvidas e registradas. E assim ao considerarmos o contexto colonial da história violenta do estado de Mato Grosso, como as demais violências de múltiplos fatores que marcam os dias de hoje, um estudo como este é também um grito.

Os corpos das mulheres, assim como a paisagem, como os rios, foram devastados pela lógica da exploração. Esta lógica também foi concebida nos discursos católicos, na época colonial e reafirmados pelos protestantes no tempo presente, ambos como discursos ancorados na lógica judaico-cristã, que como base moral da colonização é o selo de certificação de uma perspectiva de uma crença em que deus é homem e a natureza, como símbolo da feminilidade, é para ser explorada. Por isso, levar a termo esta pesquisa, conseguir ouvir estas mulheres, conseguir chegar em vários municípios, ouvir pessoas com histórias e com outras línguas é também insistir para que outras vozes, ainda que continuamente oprimidas, possam dizer que em Mato Grosso nem tudo é soja.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que receberam e devolveram seus corpos, sonhos e histórias a natureza envolvente das terras mato-grossense. Às mulheres que participaram da pesquisa e inspiraram a escrita do texto. Às mulheres que ao lerem este texto sintam-se motivadas a dar visibilidade

e força para as vidas femininas em sua plenitude. E por fim à terra que nos gera, alimenta e recebe em cada um dos nossos ciclos transformadores.

REFERÊNCIAS

- ARIZA S. G. R. Las Representaciones sociales de la violencia en las relaciones de pareja en la prensa de Medellín en el siglo XXI. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Venezuela, v. 14, n. 32, p. 71-98, 2009.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BECKER, B. K. 2001. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 12, p. 135-159.
- BERGHAMMER, C. Family life trajectories and religiosity in Austria. **European Sociological Review**, Oxford, v. 28, n. 1, p. 127-144, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1093/esr/jcq052>.
- BUBER, M. **Eu e tu**. Tradução Newton Aquiles V. Zuben. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- BUENO, S. ET AL. **Feminicídios em 2023. São Paulo: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, 2024. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://PUBLICACOES.FORUMSEGURANCA.ORG.BR/ITEMS/77F6DCCE-06B7-49C1-B227-FD625D979C85>. ACESSO EM: 22 JUN. 2024.
- BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. **Vulnerability in resistance**. Duke University Press, 2016. DOI: <http://doi.org/10.1215/9780822373490>.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CONCEIÇÃO, A. C. L. Teorias feministas: da questão da mulher ao enfoque de gênero. **RBSE**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CNUMAD. **Capítulo 24**: Ação Mundial pela Mulher, com vistas a um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1992. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global/item/705.html>. Acesso em: 05 maio 2024.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERRI, C.; CAMARDELO, A. M. P.; OLIVEIRA, M. **Mulheres, desigualdade e meio ambiente**. Caxias do Sul, RS: Educ, 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-mulheres-desig.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.
- OLIVEIRA, R. **'Legal', desmatamento no Mato Grosso cresce e vai na contramão da Amazônia**. São Paulo: Pública, 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/07/legal-desmatamento-no-mato-grosso-cresce-e-vai-na-contramao-da-amazonia/>. Acesso em: 05 maio 2024.
- OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
- PLUMWOOD, V. **Feminism and the mastery of nature**. Londres: Routledge, 1993.
- RUETHER, R. R. **Envisioning our hope**: some models of the future. In: KALVEN, J.; BUCKLEY, M. I. (ed.). *Women spirit bonding*. New York: Pilgrim, 1992. p. 325-335.
- SANTOS, J. B. Novos Movimentos Sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, São Paulo, n. 9, p. 81-91, 2011. Disponível em: <https://mulheresprogressistas.org/AudioVideo/NOVOS%20MOVIMENTOS%20SOCIAIS.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- SATO, M. **Educação para o Ambiente Amazônico**. 1997. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/353718425/tese-doutorado-michele-sato-pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **e-cadernos CES** [Online], v. 18, p. 106-131, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.
- SELUCHINESK, R. D. R. **De heróis a vilões**: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SELUCHINESK, R. D. R. Mujeres Indígenas en la Amazonia Brasileña. *In*: MONDRAGÓN, J. M. *et al.* (org.). **Mundos indígenas**: territorio, movilidad, identidad y gestión. Departamento de Evaluación del Diseño en el Tiempo, Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, 2019.

SELUCHINESK, R. D. R.; SIMPLÍCIO, E; CASTORINO, A. A PROSTITUIÇÃO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A RUA F EM ALTA FLORESTA – MT. *IN*: REA ABANNE, 2015, MACEIÓ. **ANAIS [...]**. MACEIÓ: UFAL, 2015. P. 1-20. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://EVENTO.UFAL.BR/ANAISSREAABANNE/GTS_DOWNLOAD/_ROSANE %20D.%20R.%20SELUCHINESK%20-%201020343%20-%203617%20-%20CORRIGIDO.PDF](https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/_rosane%20D.%20R.%20SELUCHINESK%20-%201020343%20-%203617%20-%20CORRIGIDO.PDF). ACESSO EM: 20 JUN. 2024.

VIEIRA, P.F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. *In*: VIOLA, E.J. *et al.* (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995. p. 45-98.

Contribuições dos autores

Todos os autores são membros da equipe de pesquisadores que participaram da coleta de dados, sistematização e redação dos relatórios e produtos. A submissão dos projetos foi realizada pela profa. Dra. Rosane Duarte Rosa Seluchinesk que coordenou o projeto financiado pelo Fapemat e coordena o projeto financiado pelo CNPq. A profa. Dra. Rosane Duarte Seluchinesk desenvolve pesquisas sobre gênero e ambiente no estado de Mato Grosso, atua na linha de pesquisa sobre Educação e Diversidade do PPGEduc e foi responsável pela elaboração do projeto, identificação e diálogo com as mulheres e redação do relatório final. O prof. Dr. Adriano Batista Castorino atua na área de Antropologia e tem sido o responsável pela fundamentação teórico-metodológica do projeto pautado na etnografia e registros fotográficos. A profa. MSc. Géssica Souza Lacerda conclui seu mestrado no PPGEduc com temáticas voltadas para atuação de professoras em educação ambiental e contribuiu para a produção do texto com os saberes das mulheres da região centro-sul de Mato Grosso.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Executivo para América Latina: Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira